



BANCO PAN S.A.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

**Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
26 de abril de 2019**



BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Prezados Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir a Proposta da Administração ("Proposta") do Banco PAN S.A. ("Banco PAN", "PAN" ou "Companhia") acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Ordinária e Extraordinária ("AGOE") da Companhia a ser realizada no dia 26 de abril de 2019.

1. Comentários dos Diretores sobre a Companhia

Nos termos do artigo 9º, inciso III, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481/09 e do Item 10 do formulário de referência, os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia encontram-se dispostos no Anexo I a esta Proposta.

2. Destinação de lucro líquido da Companhia

O Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09 que trata da destinação do lucro líquido da Companhia, conforme previsto no artigo 9º, parágrafo único, inciso II da Instrução CVM nº 481/09 encontra-se disponível no Anexo II a esta Proposta.

3. Eleição de membros do Conselho Fiscal e membro do Conselho de Administração

Conforme disposto no artigo 10 da Instrução CVM nº 481/09, as informações referentes aos candidatos para ocupar os cargos de membros do Conselho Fiscal e Conselho de Administração da Companhia encontram-se detalhadas no Anexo III a esta Proposta.

4. Remuneração global dos Administradores da Companhia

O montante global máximo da remuneração dos Administradores da Companhia proposto para o exercício de 2019 é de R\$ 25.384.810,00 (vinte e cinco milhões, trezentos e oitenta e quatro mil e oitocentos e dez reais).

Neste sentido, assim como requer o artigo 12 da Instrução CVM nº 481/09, as informações relativas à proposta da remuneração dos Administradores da Companhia encontram-se detalhadas no Anexo IV a esta Proposta.



ANEXO I

Comentários dos Diretores sobre a Companhia, nos termos do Item 10 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09.

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

O Banco PAN é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. Desde 2011, o PAN é controlado conjuntamente pela Caixa Participações S.A. - CAIXAPAR ("CAIXAPAR"), subsidiária integral da Caixa Econômica Federal (em conjunto "conglomerado Caixa"), e pelo Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), através da assinatura do Acordo de Acionistas, com vigência até fevereiro de 2027.

O PAN é um dos principais bancos médios do Brasil e atua com foco em pessoas físicas (classe C, D e E, além de servidores públicos, aposentados e pensionistas do INSS), ofertando crédito consignado (empréstimo e cartão de crédito), financiamento de veículos usados, financiamento de motos novas, cartão de crédito convencional e seguros. Além disso, o Banco possui carteiras de crédito a Empresas e empréstimos Imobiliários que encontram-se em run-off.

Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Conglomerado PAN e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

b. estrutura de capital

Em decorrência de notificação enviada pela CAIXAPAR sobre o exercício do direito de aquisição de 50% das ações subscritas e integralizadas pelo acionista co-controlador BTG Pactual no âmbito do Aumento de Capital da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração em 2017, após as competentes aprovações, a composição do capital social da Companhia passará a ser de: (i) 41,7% para a CAIXAPAR; (ii) 41,7% para o BTG Pactual e (iii) 16,6% para os acionistas minoritários.

A estrutura de capital (em milhares de ações) da Companhia, até que ocorra as competentes aprovações do evento descrito acima, é:

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	395.396	60,1	182.266	37,6	577.662	50,6
Caixa Participações S.A. - CAIXAPAR	262.165	39,9	112.732	23,3	374.897	32,8
Mercado	-	-	189.247	39,1	189.247	16,6
Total	657.561	100,0	484.245	100,0	1.141.806	100,0

- Estrutura de Capital¹

	31 de dezembro de		
Capital Próprio (R\$ milhões)	2018	2017	2016
Capital Social	3.653,4	3.460,7	3.460,7
Reservas de Capital	207,3	-	-
Reservas de Lucros	243,3	108,5	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(8,1)	(13,4)	(14,2)
Lucros/(Prejuízos) Acumulados	-	-	(34,3)
Total do Patrimônio Líquido	4.095,9	3.555,8	3.412,2



¹ Dados consolidados do PAN e empresas controladas

Capital de terceiros (R\$ milhões)	31 de dezembro de			2018 vs.	2018 vs.
	2018	2017	2016	2017	2016
Depósitos Interfinanceiros	7.463,4	8.730,1	11.765,7	-14,5%	-36,6%
LCA e LCI	522,2	1.432,7	1.977,5	-63,6%	-73,6%
Bonds	1.790,6	1.585,2	1.576,8	13,0%	13,6%
Dívidas Subordinadas	187,5	189,8	174,5	-1,2%	7,4%
Depósitos a Prazo	9.130,5	4.900,0	2.514,1	86,3%	263,2%
Letras Financeiras	727,8	812,6	1.170,6	-10,4%	-37,8%
Compromissadas	260,2	1.591,5	2.024,6	-83,7%	-87,1%
Captações Vinculadas à Cessão de Créditos ¹	416,4	204,4	414,1	103,8%	0,6%
Obrigações por Empréstimos	-	-	134,1	0,0%	-100,0%
Outros	17,3	30,0	62,4	-42,3%	-72,3%
Total de Capital de Terceiros	20.515,9	19.476,3	21.814,4	5,3%	-6,0%

¹ Referem-se a cessões com coobrigação

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A política de liquidez vigente estabelece a necessidade de manutenção de um caixa mínimo suficiente para garantir o cumprimento das obrigações com vencimento no prazo de 90 dias.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 2018, os recursos captados totalizaram R\$20,5 bilhões, valor 5,3% superior ao saldo de R\$19,5 bilhões no encerramento de 2017 e 6,0% abaixo do saldo de R\$21,8 bilhões registrado no final de 2016. Dentre as principais fontes de captação, destacaram-se: (i) os depósitos a prazo e interbancários, que representavam R\$16,6 bilhões, ou 81,0% do total; (ii) as letras de crédito imobiliário ("LCI") e letras de crédito do agronegócio ("LCA"), que representavam R\$0,5 bilhões, ou 2,5% do total; (iii) as emissões de títulos no exterior (Bonds), no valor de R\$1,8 bilhão, representando 8,7% do total; (iv) as letras financeiras, que correspondiam a R\$727,8 milhões, ou 3,5% do total; (v) as operações compromissadas, no total de R\$260,2 milhões ou 1,3% do total; (vi) e as captações vinculadas à cessão de créditos com retenção de riscos e benefícios realizadas após 07/2014, de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") 3.533/08, no valor de R\$416,4 milhões, representando 2,0% do total; (vii) as dívidas subordinadas, no valor de R\$187,5 milhões, representando 0,9% do total.

Depósitos a prazo

Auxiliado pela melhor percepção de risco decorrente da sua estrutura de controle acionário e de resultados crescentes, o PAN vem conseguindo reduzir seus custos de captação, praticando taxas competitivas de mercado na emissão de novos certificados de depósitos a prazo.

Em 31/12/2018 e 31/12/2017, os depósitos a prazo eram compostos exclusivamente por aplicações em certificado de depósito bancário ("CDB").

Depósitos interfinanceiros

Referem-se às captações junto a instituições financeiras, constituídos em grande parte, pelos depósitos interfinanceiros realizados pelos acionistas controladores.

LCI e LCA

Referem-se às captações por meio da emissão de Letras de Crédito Imobiliário e Letras de Crédito do Agronegócio.

Emissões de títulos no exterior

Maiores informações acerca das emissões externas efetuadas pelo PAN encontram-se detalhadas no item 10.1.f.(i), abaixo.



Letras Financeiras

Referem-se a títulos de crédito emitidos pelo PAN para captação de recursos de longo prazo junto a terceiros. Caracterizam-se por apresentar prazo mínimo de 24 meses para resgate, sem possibilidade de resgate total ou parcial antes desse prazo.

Operações compromissadas

As operações compromissadas têm como finalidade a gestão de caixa da Companhia.

Captações vinculadas à cessão de créditos

As captações vinculadas à cessão de créditos se referem a créditos cedidos com retenção de riscos e benefícios registrados contabilmente de acordo com o estabelecido no art. 5º da Resolução CMN 3.533/08.

Obrigações por empréstimos

Referem-se a linhas de crédito contratadas junto a outras instituições financeiras, entre elas o Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID") liquidado antecipadamente na data de 15/08/2017 no montante de R\$ 66.625 (US\$ 20.000) e 01/11/2017 no montante de R\$ 65.949 (US\$ 20.000).

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui uma política de liquidez em conformidade com a regulamentação do Banco Central do Brasil ("BCB") que determina o volume de caixa mínimo da Companhia, assim como critérios de contingência em caso de crises financeiras no mercado. Administramos nossa posição de liquidez realizando operações *overnight* com outras instituições financeiras, lastreadas em títulos públicos federais e com compromissos de revenda, bem como operações de compra de títulos públicos federais que possuem liquidez imediata no mercado.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Como parte do programa de captação de recursos no exterior, em abril de 2010, foi emitida uma dívida subordinada no valor de US\$ 500 milhões, com vencimento em abril de 2020. Em 09/06/2016, a Companhia realizou uma recompra parcial no montante de US\$ 43,2 milhões de principal.

O PAN possui, ainda, captações de recursos via emissão de letras financeiras subordinadas, emitidas em diferentes momentos, volumes e prazos, quais sejam: (i) tranche de R\$100 milhões emitida em 06/2013, com vencimento previsto para abril de 2019; e (iii) tranche de R\$500 mil emitida em 10/2014, com vencimento previsto para outubro de 2019.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Além das relações mencionadas com seus controladores, a Companhia busca manter relacionamento com outras instituições financeiras para realizar operações cujas condições forem vantajosas para o PAN.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Em caso de liquidação judicial ou extrajudicial do emissor, há ordem de preferência quanto ao pagamento dos diversos credores da massa. Especificamente com relação às dívidas do emissor, deve ser observada a seguinte ordem de pagamento: dívidas com garantia real, dívidas quirografárias e dívidas subordinadas. Nas dívidas com garantia real, os credores têm preferência em relação aos demais até o limite do valor do ativo dado em garantia. Não há grau de subordinação entre os diversos credores quirografários, da mesma forma como não há grau de subordinação entre os diversos credores subordinados.



i.v. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não há restrições impostas à Companhia.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Do ponto de vista da Companhia, não há limites relevantes para utilização em financiamentos já contratados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Segue análise das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 em relação às contas apresentadas em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

Ativo circulante e realizável a longo prazo

(R\$ milhões, exceto percentuais)							2018 vs.	2018 vs.
Ativo circulante e realizável a longo prazo	dez/18	%	dez/17	%	dez/16	%	2017	2016
Disponibilidades	19,7	0,1%	10,7	0,0%	19,5	0,1%	83,4%	1,0%
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3,9	0,0%	1.033,0	4,0%	972,4	3,5%	-99,6%	-99,6%
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	2.213,7	8,1%	1.886,5	7,3%	2.438,6	8,9%	17,3%	-9,2%
Relações interfinanceiras	4,5	0,0%	26,5	0,1%	17,9	0,1%	-83,0%	-74,9%
Operações de crédito	18.257,7	67,0%	16.388,8	63,4%	16.853,6	61,3%	11,4%	8,3%
Operações de arrendamento mercantil	-	0,0%	0,2	0,0%	1,1	0,0%	-100,0%	-100,0%
Outros créditos	6.077,3	22,3%	5.800,0	22,5%	6.260,6	22,8%	4,8%	-2,9%
Outros valores e bens	453,1	1,7%	504,9	2,0%	667,7	2,4%	-10,3%	-32,1%
Permanente	200,5	0,7%	183,7	0,7%	274,2	1,0%	9,1%	-26,9%
Investimentos	1,1	0,0%	0,4	0,0%	49,0	0,2%	201,8%	-97,7%
Imobilizado de uso	24,1	0,1%	27,7	0,1%	37,8	0,1%	-13,0%	-36,3%
Intangível	175,3	0,6%	155,7	0,6%	187,4	0,7%	12,6%	-6,5%
Total do Ativo	27.230,4	100,0%	25.834,3	100,0%	27.505,6	100,0%	5,4%	-1,0%

Aplicações interfinanceiras de liquidez

Ao final de 2018, as aplicações interfinanceiras de liquidez apresentaram saldo de R\$3,9 milhões, registrando redução de 99,6% em relação ao saldo de R\$1.033,0 milhões do final de 2017. Na comparação com o saldo registrado ao final de 2016, de R\$972,4 milhões, houve uma queda de 99,6%.

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

O saldo da conta de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos apresentou aumento de 17,3% em relação a 2017 e redução de 9,2% em relação a 2016.

Relações interfinanceiras

O saldo da conta de relações interfinanceiras registrou redução de 83,0% e de 74,9% em relação aos fechamentos de 2017 e 2016, respectivamente, encerrando o ano de 2018 com saldo de R\$4,5 milhões. Essa redução é explicada, principalmente, pela redução no volume de recursos depositados junto ao BCB.

Operações de crédito

As operações de crédito encerraram o ano de 2018 com saldo de R\$18.257,7 milhões, um aumento de 11,4% frente aos R\$16.388,8 milhões em 2017 e aumento de 8,3% se comparado a 2016, onde o saldo foi de R\$16.853,6 milhões.



Operações de arrendamento mercantil

O saldo da carteira de arrendamento mercantil manteve sua trajetória de queda, refletindo não somente a queda na demanda no mercado de *leasing*, como o maior rigor na concessão de créditos adotado pela administração do Banco. A carteira de arrendamento mercantil encerrou, portanto, o ano de 2018 com saldo de R\$0,0, frente aos saldos de R\$0,2 milhão em dezembro de 2017 e de R\$1,1 milhão em dezembro de 2016.

Outros Créditos

O saldo da conta de outros créditos apresentou aumento de 4,8% em relação a 2017 e de queda de 2,9% em relação a 2016, encerrando o ano de 2018 com saldo de R\$6.077,3 milhões. Esse aumento foi decorrente do aumento de valores a receber por cessão de crédito, e aumento de impostos e contribuições a compensar.

Outros valores e bens

O saldo da conta de outros valores e bens apresentou queda de 10,3% no último ano, e queda de 32,1% em relação ao saldo de 2016. As quedas apresentadas devem-se principalmente à queda das comissões antecipadas pagas à correspondentes bancários devido à mudança nas regras de comissionamento impostas pela Circular BCB nº 3.738/14.

Permanente

Os saldos das contas que compõem o ativo permanente (investimentos, imobilizado e intangível) passaram de R\$274,2 milhões em dezembro de 2016, para R\$183,7 milhões no mesmo período de 2017 e para R\$200,5 milhões no mesmo período de 2018. O aumento em 2018 em relação ao exercício anterior, foi devido ao aumento no intangível. A queda de 2018 se comparado ao exercício de 2016 são explicadas pela alienação da participação societária que a Companhia detinha na Stone Pagamentos S.A., depreciação dos ativos imobilizados e à amortização dos ativos intangíveis.

Passivo circulante e exigível a longo prazo

(R\$ milhões, exceto percentuais)							2018 vs.	2018 vs.
Passivo circulante e exigível a longo prazo	dez/18	%	dez/17	%	dez/16	%	2017	2016
Depósitos	16.611,2	71,8%	13.655,6	61,3%	14.334,5	53,9%	21,6%	15,9%
Depósitos à vista	17,3	0,1%	25,4	0,1%	54,8	0,3%	-31,9%	-68,4%
Depósitos interfinanceiros	7.463,4	32,3%	8.730,1	39,2%	11.765,7	45,0%	-14,5%	-36,6%
Depósitos à prazo	9.130,5	39,5%	4.900,0	22,0%	2.514,1	8,6%	86,3%	263,2%
Captações no mercado aberto	260,2	1,1%	1.591,5	7,1%	2.024,6	7,3%	-83,7%	-87,1%
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.250,0	5,4%	2.249,6	10,1%	3.155,7	17,8%	-44,4%	-60,4%
Relações interfinanceiras	728,6	3,1%	851,2	3,8%	804,9	0,5%	-14,4%	-9,5%
Relações interdependências	0,0	0,0%	4,5	0,0%	6,8	0,1%	-99,7%	-99,8%
Obrigações por empréstimos	-	0,0%	-	0,0%	134,1	0,7%	0,0%	-100,0%
Instrumentos financeiros derivativos	175,1	0,8%	202,6	0,9%	145,7	0,1%	-13,6%	20,2%
Outras obrigações	4.109,3	17,8%	3.723,4	16,7%	3.486,2	19,6%	10,4%	17,9%
Total	23.134,5	100,0%	22.278,4	100,0%	24.092,6	100,0%	3,8%	-4,0%

Depósitos

O saldo da conta de depósitos aumentou 21,6% em relação a 2017 e aumentou 15,9%, se comparado com o ano de 2016, passando de R\$13.655,6 milhões em 2017, para R\$16.611,2 milhões em 2018, devido principalmente ao aumento do volume das captações de recursos por meio de depósitos à prazo, que apresentou aumento de 86,3% e 263,2%, se comparados com os exercícios de 2017 e 2016, respectivamente.



Captações no mercado aberto

O saldo da conta de captações no mercado aberto encerrou o ano de 2018 com o montante de R\$260,2 milhões, apresentando quedas de 83,7% e 87,1% quando comparado aos saldos dos exercícios findos de 2017 e 2016, respectivamente.

Essa redução ocorreu devido à queda no volume das captações com lastro em títulos públicos de nossa carteira própria.

Recursos de aceite e emissão de títulos

O saldo da conta de recursos de aceite e emissão de títulos encerrou o ano de 2018 em R\$1.250,0 milhões, apresentando queda de 44,4% e 60,4% frente aos saldos de R\$2.249,6 milhões e R\$3.155,7 milhões ao final de 2017 e 2016, respectivamente, devido, principalmente, à queda no volume das captações com lastro em recebíveis imobiliários e de recebíveis do agronegócio.

Relações interfinanceiras

O saldo da conta de relações interfinanceiras encerrou o ano de 2018 com saldo de R\$728,6 milhões, apresentando queda de 14,4% e 9,5% quando comparados com os montantes de 2017 e 2016, respectivamente.

Instrumentos financeiros derivativos

O saldo passivo da conta de instrumentos financeiros derivativos encerrou o exercício de 2018 com R\$175,1 milhões, frente aos exercícios de 2017 e 2016 com saldos de R\$ 202,6 milhões e R\$145,7 milhões respectivamente.

Outras obrigações

O saldo da conta de outras obrigações aumentou 17,9% de 2016 para 2018, passando de R\$3.486,2 milhões para R\$4.109,3 milhões e aumentou 10,4% em relação ao saldo de 2017, onde encerrou com saldo de R\$3.723,4 milhões.

Patrimônio Líquido

Ao final de 2018, o Patrimônio Líquido consolidado era de R\$4.095,9 milhões, representando um aumento de 15,2% frente aos R\$3.555,8 milhões de 2017 e um aumento de 20,0% se comparado com os R\$3.412,2 milhões ao final de 2016.

Análise das Demonstrações de Resultados do Exercício (DRE)



R\$ milhões	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	2018 vs. 2017	2018 vs. 2016
Rendas de operações de crédito	6.901,8	7.779,4	6.922,9	-11,3%	-0,3%
Resultado de operações de arrendamento mercantil	0,3	0,9	2,4	-72,7%	-89,0%
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	183,3	287,2	463,4	-36,2%	-60,5%
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	0,0	(305,6)	(831,9)	-100,0%	-100,0%
Resultado de operações de câmbio	12,4	18,5	(1,2)	-33,2%	-1094,9%
Resultado das aplicações compulsórias	1,7	-	-	0,0%	0,0%
Receitas de intermediação financeira	7.099,4	7.780,3	6.555,5	-8,8%	8,3%
Operações de captação no mercado	(2.019,3)	(2.403,6)	(2.487,3)	-16,0%	-18,8%
Operações de empréstimos e repasses	-	(1,5)	16,2	-100,0%	-100,0%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.140,4)	(1.119,8)	(1.118,4)	1,8%	2,0%
Despesas da intermediação financeira	(3.159,7)	(3.524,9)	(3.589,5)	-10,4%	-12,0%
Resultado bruto de intermediação financeira	3.939,7	4.255,4	2.966,0	-7,4%	32,8%
Receita de prestação de serviços	377,6	403,2	489,4	-6,4%	-22,9%
Resultado de equivalência patrimonial	-	(3,0)	33,2	-100,0%	0,0%
Despesas de pessoal	(420,7)	(463,6)	(508,8)	-9,2%	-17,3%
Outras despesas administrativas	(1.763,0)	(2.086,0)	(2.072,5)	-15,5%	-14,9%
Despesas tributárias	(172,3)	(220,0)	(235,1)	-21,7%	-26,7%
Outras receitas operacionais	327,5	262,6	205,0	24,7%	59,8%
Outras despesas operacionais	(1.810,5)	(2.047,7)	(1.261,0)	-11,6%	43,6%
Outras receitas (despesas) operacionais	(3.461,4)	(4.154,4)	(3.349,9)	-16,7%	3,3%
Resultado operacional	478,3	101,0	(383,9)	373,6%	-224,6%
Resultado não operacional	(21,4)	152,3	(66,5)	-114,1%	-67,8%
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	456,9	253,3	(450,4)	80,4%	-201,4%
Provisão para imposto de renda	(11,3)	(1,4)	23,1	721,0%	-148,9%
Provisão para contribuição social	(8,1)	(0,6)	(7,2)	1347,2%	12,1%
Ativo fiscal diferido	(216,0)	(38,8)	197,2	457,3%	-209,5%
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(235,4)	(40,7)	213,2	478,4%	-210,4%
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	221,5	212,6	(237,2)	4,2%	-193,4%

Receitas de intermediação financeira

As receitas de intermediação financeira somaram R\$7.099,4 milhões em 2018, queda de 8,8% frente aos R\$7.780,3 milhões de 2017 e aumento de 8,3% frente aos R\$6.555,5 milhões de 2016. Essas receitas são compostas pelos resultados com operações de crédito, pelo resultado de operações de arrendamento mercantil, pelo resultado de operações com títulos e valores mobiliários, pelo resultado com instrumentos financeiros derivativos, pelo resultado com operações de câmbio e pelo resultado das aplicações compulsórias. A flutuação na linha de instrumentos financeiros e derivativos reflete em grande parte a variação cambial (*hedge*) que resultou na flutuação inversa nas despesas com captações. Analisando apenas as rendas de operações de crédito, houve queda de 11,3% frente aos R\$ 7.779,4 milhões de 2017 e queda de 0,3% frente aos R\$ 6.922,9 milhões de 2016.

Despesas de intermediação financeira

As despesas de intermediação financeira somaram R\$3.159,7 milhões ao final de 2018, queda de 10,4% em relação às despesas de R\$3.524,9 milhões de 2017 e redução de 12,0% frente às despesas R\$3.589,5 milhões de 2016. Como comentado, essas flutuações têm relação com o movimento do dólar sobre as captações externas, que possuem *hedge*.

Além das despesas com captação, as operações de empréstimos e repasses e a provisão para créditos de liquidação duvidosa compõem as despesas da intermediação financeira.



Resultado bruto de intermediação financeira

O resultado bruto de intermediação financeira foi de R\$3.939,7 milhões em 2018, registrando queda de 7,4% frente aos R\$4.255,4 milhões de 2017, e aumento de 32,8% frente aos R\$2.966,0 milhões de 2016, queda justificadas basicamente pela redução das receitas com operações de crédito.

Outras receitas/despesas operacionais

Com relação à linha de outras receitas/despesas, a Companhia apresentou, ao final de 2018, uma despesa de R\$3.461,4 milhões, apresentando queda de 16,7% em relação aos R\$4.154,4 milhões de 2017, e um aumento de 3,3% em relação aos R\$3.349,9 milhões de 2016. Essa queda foi consequência, principalmente, da redução das contas de "outras despesas administrativas", devido a redução das despesas com comissões pagas a correspondentes e serviços de terceiros.

Resultado operacional

Diante dos movimentos apresentados nos itens acima, o PAN apresentou resultado operacional positivo de R\$478,3 milhões em 2018, apresentando melhora em relação ao resultado positivo de R\$101,0 milhões em 2017 e ao resultado negativo de R\$ 383,9 milhões em 2016.

Resultado não operacional

O PAN encerrou o ano de 2018 com um resultado não operacional negativo de R\$21,4 milhões, frente ao resultado positivo de R\$152,3 milhões em 2017 e negativo de R\$66,5 milhões em 2016.

Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social totalizaram despesa de R\$235,4 milhões em 2018, frente à despesa de R\$40,7 milhões em 2017 e receita de R\$213,2 milhões em 2016. Em 07/10/2015 foi publicada a Lei nº 13.169/15 que elevou, de 15% para 20% a alíquota de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras (elevação da alíquota para o período compreendido entre 01/09/2015 e 31/12/2018). Diante dessa alteração, o PAN reconheceu o montante de R\$119,9 milhões e a PAN Arrendamento Mercantil S.A. o montante de R\$3,3 milhões referentes a créditos tributários sobre diferenças temporárias com expectativa de realização até 12/2018, que contribuíram para o aumento da receita de Imposto de Renda e CSLL naquele período.

Resultado do exercício

O PAN apresentou lucro líquido de R\$221,5 milhões em 2018, R\$212,6 milhões em 2017 e prejuízo líquido de R\$237,2 milhões em 2016.

10.2. Os diretores devem comentar

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os principais componentes da receita da Companhia incluem: receitas de operações de crédito e arrendamento mercantil, ganhos em cessões de crédito a outras instituições financeiras, receitas de prestação de serviços e receitas de valores mobiliários e operações com derivativos.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A mudança nas regras de comissionamento impostas pela Circular BCB nº 3.738/14, trouxe maior impacto em 2016, inclusive pelo aumento do volume originado nas operações de crédito consignado.



Além disso, os resultados trimestrais e anuais são impactados pelo volume e mix das cessões de carteiras de crédito sem coobrigação realizadas em cada período. As cessões de carteira sem coobrigação (que incluem créditos de veículos, consignado e imobiliário) totalizaram R\$4.831 milhões em 2018 frente aos R\$7.738 milhões em 2017 e R\$ 9.861 milhões em 2016.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não houve alterações relevantes a serem citadas.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Inflação

O resultado líquido da Companhia pode ser prejudicado pela alta dos índices inflacionários no Brasil, que, em geral, elevam os custos e reduzem as margens operacionais, caso a alta da inflação não seja acompanhada de concomitante alta das taxas e *spreads* de juros. Ademais, a inflação pode também contribuir para – ou ser acompanhada de – um aumento da volatilidade do mercado em decorrência de incertezas econômicas, quedas nos gastos da população, menor crescimento da renda real, desemprego e redução da confiança do consumidor.

Taxas de Juros

As flutuações das taxas de juros no Brasil afetam significativamente os resultados operacionais da Companhia. Em geral, a elevação das taxas de juros pode afetar positivamente as receitas, uma vez que a remuneração das operações de crédito também se elevam em função de *spreads* maiores (maior diferença entre a receita proveniente dos ativos geradores de receita e os custos de captação) e os investimentos da Companhia que rendem juros pagam uma maior remuneração. No entanto, aumentos das taxas de juros também podem afetar negativamente os resultados operacionais e carteiras de crédito da Companhia, em vista da redução da demanda por crédito e do aumento do risco de inadimplência por parte dos clientes. Além disso, as despesas geradas pelos passivos com incidência de juros também tendem a aumentar e como o aumento dessa despesa acontece antes do eventual repasse na taxa de juros praticada pela Companhia na concessão de créditos, o efeito inicial deste aumento pode ser negativo.

Já as quedas nas taxas de juros são capazes de reduzir as receitas provenientes de operações de crédito devido a *spreads* menores (menor diferença entre a receita proveniente dos ativos geradores de receita e os custos de captação), de forma a levar a uma redução das receitas e a uma consequente piora nos resultados da Companhia. Por outro lado, poderá, eventualmente, ser compensada por um crescimento do volume de crédito, em decorrência de uma maior demanda, desde que a Companhia tenha condições de conceder crédito para atender a tal demanda sem que os níveis de inadimplência das operações aumentem de forma significativa, bem como pela própria redução do risco de inadimplência dos clientes em função de taxas de juros mais baixas. Além disso, como a redução das despesas vinculadas a taxas de juros, principalmente as despesas de captação, acontece antes da redução da taxa de juros praticada pela Companhia na concessão de créditos, o efeito inicial dessa queda pode ser positivo.

Taxas de Câmbio

As variações de taxa de câmbio, no modelo atual de negócios da Companhia, não causam impactos relevantes em seus resultados.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:



a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve alterações relevantes a serem citadas.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Reorganização Societária do Conglomerado PAN – 2016

Em 20 de dezembro de 2016, a empresa PanServ Prestadora de Serviços Ltda. foi incorporada pelo Banco PAN (aprovado pelo BCB em 28/06/2017).

Reorganização Societária do Conglomerado PAN – 2017

Em 28 de dezembro de 2017, a empresa Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária foi incorporada pelo Banco PAN (aprovado pelo BCB em 16/11/2017).

c. eventos ou operações não usuais

Em 31 de outubro de 2017 o Banco PAN concluiu a alienação da participação societária que a Companhia detinha na Stone Pagamentos S.A. ("Stone"), mediante assinatura de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avencas com a DLP Pagamentos Brasil S.A. ("DLP"). A Companhia alienou à DLP um total de 480.311 (quatrocentos e oitenta mil e trezentas e onze) ações ordinárias, correspondente a 10,10% (dez inteiros e dez centésimos por cento) do capital social da Stone, pelo valor total de R\$ 229.000.000,00 (duzentos e vinte e nove milhões de reais).

Em 29 de agosto de 2017, ao amparo da Medida Provisória (MP) nº 783/17, a Companhia celebrou contrato de cessão onerosa ao BTG Pactual de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL não ativados no montante de R\$ 410.000.000,00. A transação foi realizada pelo valor de R\$ 102.500.000,00, os quais foram registrados contabilmente no momento da cessão.

No dia 06 de novembro de 2017 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia aumento de capital, dentro do limite do capital autorizado, no valor de R\$ 400.000.001,04 (quatrocentos milhões de reais, um real e quatro centavos), através da subscrição de 212.765.958 (duzentos e doze milhões, setecentos e sessenta e cinco mil e novecentas e cinquenta e oito) ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 122.530.888 (cento e vinte e dois milhões, quinhentos e trinta mil e oitocentos e oitenta e oito) ações ordinárias e 90.235.070 (noventa milhões, duzentos e trinta e cinco mil e setenta) ações preferenciais. Em 07 de fevereiro de 2018 nova reunião do Conselho de Administração da Companhia foi realizada para homologar o aumento de capital, sendo que em seguida o Banco PAN submeteu tal aumento para homologação do Banco Central do Brasil, nos termos da regulamentação aplicável.

10.4. Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve mudanças significativas.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Provisão para créditos de liquidação duvidosa – "PCLD" (Notas Explicativas 3f e 8)

O Banco PAN e suas controladas atuam substancialmente no setor do varejo, conforme divulgado na nota explicativa 1. A determinação do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") continua exigindo julgamento por parte da Administração na determinação de premissas e critérios utilizados.



O processo estabelecido considera as normas e instruções determinadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo BCB, associados ao julgamento e premissas utilizadas pela Administração para determinação do risco de crédito. Tendo em vista esses aspectos, esta área continua sendo foco em nossa avaliação.

Ambiente de tecnologia da informação

O Banco PAN e suas controladas operam em um ambiente de negócio no qual a estrutura de tecnologia de informação é crítica para o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios, os quais envolvem o processamento de um elevado número de transações diariamente, além de diversos processos para gestão de acessos e segurança da informação.

Os riscos relativos aos processos de tecnologia da informação que suportam as transações nos diferentes sistemas legados, podem, eventualmente, resultar em informações críticas incorretas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Em função desses aspectos, essa foi uma área de foco em nossa auditoria.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, entendemos o desenho e testamos os controles gerais relevantes de tecnologia e segurança da informação, relacionados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo os controles compensatórios, quando necessários.

Também testamos os controles automatizados ou as informações dependentes de tecnologia, restrições de acessos e segregações de funções relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras.

Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidência razoável de auditoria com relação ao ambiente de tecnologia da informação relacionado com o processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Créditos Tributários (Notas Explicativas 3n e 32b)

O Banco PAN e suas controladas apresentam créditos tributários no total de R\$ 2,9 bilhões, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda – Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. Essa projeção, preparada a partir de estudo do cenário atual e futuro pela Administração do Banco, envolve julgamentos e premissas subjetivas.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e valores previstos para realização dos créditos tributários, bem como deixar de atender aos requisitos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil para registro e manutenção desses ativos nas demonstrações financeiras.

Realizamos o entendimento dos processos de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis relacionadas aos créditos tributários incluindo os requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, bem como obtivemos o entendimento das premissas relevantes estabelecidas pela Administração para a estimativa de projeção de lucros tributários para realização dos créditos tributários.

A auditoria independente comparou as premissas utilizadas pelo Banco e suas controladas para projeção de lucros tributários com as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração e com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como analisamos os dados históricos para corroborar a consistência dessas estimativas de realização.



A auditoria independente considera que as premissas e critérios adotados pela Administração do Banco são razoáveis em relação ao registro, manutenção e realização do crédito tributário.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Políticas contábeis críticas

Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, swap e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BCB nº 3.082/02 e a Carta-Circular BCB nº 3.026/02.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como hedge de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como hedge para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de hedge é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão (“B3”). Quando aplicáveis, são utilizados modelos



matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de swap, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da B3.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela B3. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e swap) são custodiadas na B3 ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP S.A.). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de "instrumentos financeiros derivativos" em contrapartida às respectivas contas de "resultado com instrumentos financeiros derivativos" e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

O contrato a termo de moeda estrangeira sem entrega física (ou Non Deliverable Forward – NDF) é negociado em mercado de balcão. É uma operação de compra ou venda de moeda estrangeira, em uma data futura e a uma paridade predeterminada. A liquidação financeira ocorre pela diferença entre a paridade inicial do contrato e a cotação de referência na data de vencimento. Para a precificação dos NDFs foram utilizadas as curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da B3.

Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio, recebíveis imobiliários e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BCB, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.



A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com coobrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BCB para as operações de crédito ativas.

Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 01/02/2012, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:
 - ✓ Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e
 - ✓ Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.
- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:
 - ✓ Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e
 - ✓ Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

Benefício Residual em Operações Securitizadas:

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei 9.514/97, será reintegrado o patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões para perdas em bens não de uso; (v) provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros e (vii) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:



a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv. contratos de construção não terminada

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Os investimentos realizados pelo Banco têm por objetivo o desenvolvimento dos sistemas e plataformas de tecnologia, aliados à contratação de profissionais de destaque em suas áreas de atuação, para melhoria dos processos internos, reestruturação dos serviços prestados e aprimoramento dos produtos oferecidos.

Neste sentido, o Banco seguirá investindo em tecnologia e inovação para simplificação de seus processos, para avançar na estratégia de expansão de suas plataformas digitais *omnichannel*, para formalização sem papel e sem limitações físicas nos produtos de empréstimo consignado, financiamento de veículos e cartão de crédito, com foco na melhoria da experiência dos seus clientes e parceiros de negócios, buscando capturar ganhos de eficiência e ganhando ainda mais escalabilidade em seus canais de atuação.



Visando à evolução contínua dos seus produtos, o PAN atuará nos próximos anos com base nos seguintes pilares estratégicos:

1. Formalização digital: O PAN investe desde 2018 em sua plataforma única de formalização das operações de varejo, que conta com uma experiência muito simplificada e com tecnologia inovadora de biometria facial para assinatura das operações, atrelados a um robusto processo de prevenção a fraudes.
2. Application Programming Interface (API): Desde 2018 o PAN investe na exposição de APIs que facilitarão a conexão dos atuais parceiros, além da exploração de novos mercados, principalmente fintechs de crédito, que permitirão ampliar a oferta de crédito, com maior capilaridade, segurança, agilidade e experiências personalizadas.
3. Inteligência de Crédito: O PAN vem investindo em novas abordagens de análise de crédito, utilizando conceitos de Machine Learning que permitirão maior escalabilidade e capacidade analítica, além da melhoria na automação de processos, tornando a concessão de crédito mais assertiva.

Ao longo de 2019, o PAN pretende ampliar seu portfólio, se tornando um banco digital completo com conta corrente e cartão de crédito sem tarifa, além de disponibilizar outros produtos de crédito e serviços para as classes C, D e E. Amparado pela vasta experiência em crédito para essas classes, o propósito do Banco é mudar a visão do seu público-alvo sobre o acesso ao crédito e aos serviços bancários.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos mencionados acima serão financiados através de recursos próprios.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não existem desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

O Plano de Negócios não contempla a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente na capacidade produtiva do Banco.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Vide item 10.8, alínea "a", item i

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Vide item 10.8, alínea "a", item i

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Vide item 10.8, alínea "a", item i

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção



Durante os 3 últimos exercícios sociais, o PAN não efetuou investimentos relevantes em quaisquer outros fatores que pudessem influenciar de forma relevante o desempenho operacional do Banco além dos já citados nos itens anteriores.



ANEXO II

Destinação de lucro líquido da Companhia, conforme previsto no artigo 9º, parágrafo único, inciso II da Instrução CVM nº 481/09

1. Informar o lucro/prejuízo líquido do exercício.

Em 31 de dezembro de 2018, o Banco PAN apresentou lucro acumulado de R\$221,5 milhões no balanço individual e consolidado.

Em 31 de dezembro de 2017, o Banco PAN apresentou lucro acumulado de R\$212,6 milhões no balanço individual e consolidado.

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco PAN apresentou prejuízo líquido de R\$237,2 milhões no balanço individual e consolidado.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi proposta distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$86.714.635,96. Em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 houve distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$69.799.999,92.

Não houve distribuição de dividendos, dividendos antecipados ou juros sobre o capital próprio relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 devido ao prejuízo apresentado, conforme item 1.

A tabela a seguir demonstra o total de juros sobre o capital próprio provisionados relativos aos exercícios de 2018 e 2017.

Descrição	Valor R\$mil	Valor por Ação ON		Valor por Ação PN	
		Bruto	Líquido de IRRF	Bruto	Líquido de IRRF
Juros sobre o Capital Próprio a serem pagos até 31/12/2019	86.715	0,075945149	0,064553377	0,075945149	0,064553377
Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2018	69.800	0,061131219	0,051961536	0,061131219	0,051961536

Os juros sobre capital próprio relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 serão pagos com retenção de imposto de renda na fonte, na forma da legislação em vigor.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

A tabela a seguir demonstra o percentual do lucro líquido a ser distribuído relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Descrição	Valor R\$mil	Percentual ¹
Lucro Líquido do Exercício de 2018	221.515	-
Resultado antes da reserva legal	221.515	



(-) Reserva Legal	(11.076)	-
Base de Cálculo	210.439	-
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados	86.715	41,2
Imposto retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	(13.007)	-
Juros sobre o capital próprio (líquido) provisionados	73.707	35,0

¹ Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Exercício de 2017 Descrição	Valor R\$mil	Valor por Ação ON		Valor por Ação PN	
		Bruto	Líquido de IRRF	Bruto	Líquido de IRRF
Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2018	69.800	0,061131219	0,051961536	0,061131219	0,051961536

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não haverá distribuição de dividendos, ou juros sobre capital próprio ("JCP"), além do declarado no item 2, acima.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Classe ação	2018 - R\$mil	2017 - R\$mil	2016 - R\$mil
-------------	---------------	---------------	---------------



ON	127.569	122.439	-
PN	93.946	90.167	-
Total	221.515	212.606	-

b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos nos 3 (três) exercícios anteriores

Classe ação	2018 - R\$mil	2017 - R\$mil	2016 - R\$mil
ON	49.939	40.197	-
PN	36.776	29.603	-
Total	86.715	69.800	-

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Em 31 de dezembro de 2018, foi constituída reserva legal no montante de R\$11,1 mil.

Em 31 de dezembro de 2017, foi constituída reserva legal no montante de R\$8,9 mil e foi realizada a absorção de prejuízo acumulado no montante de R\$34,3 mil.

Em 31 de dezembro de 2016, foi realizada a absorção da reserva legal no montante de R\$634,1 mil, face ao prejuízo acumulado do exercício de 2016.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Nos termos de seu estatuto social, o Banco PAN deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital social do Banco PAN. Nos termos do artigo, 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Nos termos de seu estatuto social, o PAN destinou 35% do lucro líquido ajustado referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para o pagamento de JCP a serem imputados aos dividendos obrigatórios.

Nos termos do estatuto social, o PAN destinou 35% do lucro líquido ajustado referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para o pagamento de JCP a serem imputados aos dividendos obrigatórios.

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco PAN apresentou prejuízo acumulado de R\$237,2 milhões no balanço individual e consolidado.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Sim.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais



A Companhia possui apenas uma classe de ações preferenciais, para a qual será pago o valor global de R\$36,8 milhões.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A Companhia possui apenas uma classe de ações preferenciais, para a qual será pago o valor de R\$ 0,075945149 por ação.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Nos termos de seu estatuto social, o Banco PAN deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital social do Banco PAN. Nos termos do artigo, 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.



13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

O montante de reserva de lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 243,3 mil.

b. Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração, observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Em 31 de dezembro de 2018, foi realizada a constituição de reserva de lucros no montante de R\$ 134,8 milhões, sendo R\$ 11,1 milhões de reserva legal e R\$ 123,7 milhões de reserva para integridade do Patrimônio Líquido.

Em 31 de dezembro de 2017, foi realizada a absorção do prejuízo do exercício anterior no montante de R\$34,3 milhões e constituição de reserva de lucros no montante de R\$ 108,5 milhões, sendo R\$ 8,9 milhões de reserva legal e R\$ 99,6 milhões de reservas para integridade do Patrimônio Líquido.

c. Descrever como o montante foi calculado

Em 31 de dezembro de 2018, o montante transferido para a Reserva de Lucros consiste no resultado do período, menos a Reserva Legal, menos a provisão para pagamento de JCP.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante transferido para a Reserva de Lucros consiste no resultado do período, menos a absorção do prejuízo, menos a Reserva Legal, menos a provisão para pagamento de JCP.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.



ANEXO III

Comentários sobre a indicação de membros do Conselho Fiscal e membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do Item 12 do Formulário de Referência da Instrução CVM nº 480/09

12.5. Em relação a cada um dos administradores, indicar:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

a. nome	Sérgio Cutolo dos Santos
b. data de nascimento	18/12/1952
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	057.187.911-04
e. cargo eletivo ocupado	Vice-Presidente do Conselho de Administração
f. data de eleição	26/4/2019
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2021, observada a possibilidade de remanejamento (rotatividade anual com o cargo de Presidente do Conselho de Administração) previsto no Acordo de Acionistas da Companhia
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	3 (três)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	Banco BTG Pactual S.A.; e Anbima
• cargo	Responsável pela área de Clientes Corporativos do BTG Pactual; e Vice-Presidente da Anbima
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim, o Banco BTG Pactual S.A.
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há



n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há

a. nome	Roberto Balls Sallouti
b. data de nascimento	26/2/1972
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	135.962.478-37
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho de Administração
f. data de eleição	26/4/2019
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2021
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	5 (cinco)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	Banco BTG Pactual S.A.
• cargo	CEO e Membro do Conselho de Administração do Banco BTG Pactual S.A.
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há



ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há

a. nome	Alexandre Camara e Silva
b. data de nascimento	11/11/1972
c. profissão	Engenheiro
d. CPF ou número do passaporte	033.942.227-01
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho de Administração
f. data de eleição	26/4/2019
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2021
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	1 (um)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
<ul style="list-style-type: none">nome e setor de atividade da empresa	Banco BTG Pactual S.A.
<ul style="list-style-type: none">cargo	Diretor do Banco BTG Pactual S.A. e responsável pela área de <i>Special Situations</i> , cujas atividades estão relacionadas a operações de crédito corporativo estruturadas, <i>Non-Performing Loans</i> , precatórios e <i>Legal Claims, High Yield Credit e Structured Finance</i> .
<ul style="list-style-type: none">se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Sim
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há



ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há

a. nome	Eduardo Nogueira Domeque
b. data de nascimento	8/12/1973
c. profissão	Administrador
d. CPF ou número do passaporte	260.764.368-67
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho de Administração
f. data de eleição	26/4/2019
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2021
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	3 (três)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	Banco PAN S.A.; e ,Too Seguros S.A.
• cargo	Foi Diretor e Diretor de Relações com Investidores do Banco PAN S.A.; e atualmente é CEO da ,Too Seguros S.A.
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa,	Não há



que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	
a. nome	Fábio de Barros Pinheiro
b. data de nascimento	19/4/1960
c. profissão	Engenheiro
d. CPF ou número do passaporte	275.497.201-34
e. cargo eletivo ocupado	Membro Independente do Conselho de Administração
f. data de eleição	26/4/2019
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2021
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim. Atendimento dos requisitos estabelecidos no Artigo 21, §5º da Companhia.
l. número de mandatos consecutivos	4 (quatro)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	Lojas Renner S.A.; Estre Ambiental S.A.; ITSSeg Seguros Inteligentes S.A.; e Laticínios São Vicente Ltda.
• cargo	Membro do Conselho de Administração das Lojas Renner S.A.; Membro do Conselho de Administração da Estre Ambiental S.A.; Membro do Conselho de Administração da ITSSeg Seguros Inteligentes S.A.; e Membro do Conselho de Administração da Laticínios São Vicente Ltda.
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há



iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há
--	--------

a. nome	Fábio Soares de Miranda Carvalho
b. data de nascimento	21/8/1977
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	037.361.977-48
e. cargo eletivo ocupado	Membro Independente do Conselho de Administração
f. data de eleição	26/4/2019
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2021
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim. Atendimento dos requisitos estabelecidos no Artigo 21, §5º da Companhia.
l. número de mandatos consecutivos	1 (um)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	Legion Holdings Participações Ltda.; União de Lojas Leader S.A; Bravante; Contax; Casa & Video; e Recovery
• cargo	Sócio Fundador e CEO da Legion Holdings; Membro do Conselho de Administração da União de Lojas Leader S.A.; Membro do Conselho de Administração da Bravante; Membro do Conselho de Administração da Contax; Membro do Conselho de Administração da Casa & Video; e Membro do Conselho de Administração da Recovery.
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há



n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há

a. nome	Marcelo Maziero
b. data de nascimento	26/3/1967
c. profissão	Engenheiro
d. CPF ou número do passaporte	087.083.368-57
e. cargo eletivo ocupado	Membro Independente do Conselho de Administração
f. data de eleição	26/4/2019
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2021
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim. Atendimento dos requisitos estabelecidos no Artigo 21, §5º da Companhia.
l. número de mandatos consecutivos	1 (um)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	Central de Recebíveis S.A. – Infra Estrutura de Mercado Financeiro; BMG Seguros S.A.; e Sciere Tecnologias Educacionais S.A.
• cargo	Sócio Fundador e CEO da Central de Recebíveis S.A. – Infra Estrutura de Mercado Financeiro; Membro do Conselho de Administração da BMG Seguros S.A.; e Membro do Conselho de Administração da Sciere Tecnologias Educacionais S.A.
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma	Não



mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há

a. nome	Marcelo Adilson Tavarone Torresi
b. data de nascimento	8/10/1969
c. profissão	Engenheiro
d. CPF ou número do passaporte	117.512.988-76
e. cargo eletivo ocupado	Membro Independente do Conselho de Administração
f. data de eleição	26/4/2019
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2021
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Não
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Sim. Indicação dos Acionistas detentores de Ações Preferenciais, nos termos do Art. 141, §§ 4º e 5º, da Lei 6.404/76
l. número de mandatos consecutivos	1 (um)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	Vikstar Contact Center; Pilotage Investimentos; e Banco PAN S.A.
• cargo	Membro do Conselho de Administração da Vikstar Contact Center; Diretor Geral da Pilotage Investimentos; Membro do Conselho Fiscal do Banco PAN S.A.
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma	Não



mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há

CONSELHO FISCAL

a. nome	Peter Edward Cortes Marsden Wilson
b. data de nascimento	5/2/1972
c. profissão	Administrador
d. CPF ou número do passaporte	168.126.648-20
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal
f. data de eleição	26/4/2019
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2020
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Não
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não aplicável
l. número de mandatos consecutivos	1 (um)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	B2W S.A.; Grafisa S.A.; Riachuelo S.A.; Banco Mercantil do Brasil S.A.; Renova Energias; BRADESPAR S.A.; Heringer Fertilizantes S.A.; LOG-IN S.A.; Trisul S.A.; e Managrow Consultoria Estratégica em Finançass Ltda.;
• cargo	Membro do Conselho Fiscal da B2W S.A.; Membro do Conselho Fiscal da Gaisa S.A.; Membro do Conselho Fiscal da Riachuelo S.A.; Conselheiro Suplente de Administração do Banco Mercantil do Brasil S.A.; Membro do



	Conselho de Administração da Minupar S.A.; Membro do Conselho de Administração da Renova Energias Renováveis; Membro do Conselho Fiscal da BRADESPAR S.A.; Membro do Conselho Fiscal da Heringer Fertilizantes S.A.; membro do Conselho Fiscal da LOG-IN S.A.; Membro do Conselho Fiscal da Trisul S.A.; e Sócio da Managrow Consultoria Estratégia em Finanças Ltda.
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há

a. nome	Marcio Villas Boas Passos
b. data de nascimento	12/2/1971
c. profissão	Economista
d. CPF ou número do passaporte	911.779.797-72
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	26/4/2019
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2020
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Não
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não aplicável
l. número de mandatos consecutivos	1 (um)
m. informações sobre:	



i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
<ul style="list-style-type: none">nome e setor de atividade da empresa	<i>Invest Tech S.A.</i> – Gestora de Private Equity e Venture Capital; <i>CI&T</i> – Especialista em soluções digitais que lidera iniciativas complexas de inovação digital e crescimento em grandes empresas; <i>Thalassa Capital</i> – Consultoria estratégia e financeira; e <i>Gávea Investimentos</i> – Gestora de recursos de terceiros
<ul style="list-style-type: none">cargo	Diretor Executivo da <i>Invest Tech S.A.</i> , com foco em <i>Growth Equity</i> (Investimentos para alavancar crescimento de empresas); Membro Independente da <i>CI&T</i> , indicado pelo BNDES; Sócio da <i>Thalassa Capital</i> , com o foco em consultoria estratégia e financeira, para melhoria dos resultados operacionais e financeiros das empresas; e Sócio da <i>Gávea Investimentos</i> como responsável pelo departamento de Operações, Relações com Investidores, Execução de todos os documentos de captações e negociações dos termos de investimento e estruturas com os investidores.
<ul style="list-style-type: none">se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há
a. nome	Paulo Roberto Salvador Costa
b. data de nascimento	31/8/1958



c. profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	003.188.108-40
e. cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do Conselho Fiscal
f. data de eleição	26/4/2019
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2020
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	9 (nove)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	
• nome e setor de atividade da empresa	Grupo BCN (Banco de Investimento, Administradora de bens, Seguradora e Prestadoras de Serviços); Banco Sistema S.A. (Sistema CCVM e Sistema Leasing); Cotia Trading
• cargo	Responsável técnico contábil; Gerente de Controladoria; e dentre outros cargos exercidos em diversas empresas.
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há
a. nome	Giorgio Giuseppe Flavio Marchetti
b. data de nascimento	30/9/1949



c. profissão	Analista Financeiro
d. CPF ou número do passaporte	137.86.628-68
e. cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. data de eleição	26/4/2019
g. data da posse	-
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2020
i. outros cargos ou funções exercidas no emissor	Não há
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	9 (nove)
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:	Atua na área financeira, contábil, de investimentos nacionais e internacionais e atividades agrícolas.
• nome e setor de atividade da empresa	CFK participações Ltda.
• cargo	Analista Financeiro
• se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Não
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor	Não há
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:	
i. qualquer condenação criminal	Não há
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não há
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor	Não há
-------------------------------	--------



b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não há
c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não há
d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não há

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não há
b. controlador direto ou indireto do emissor	Não há
c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não há



ANEXO IV

Comentário sobre a remuneração dos administradores, nos termos do Item 13 do Formulário de Referência da Instrução CVM nº 480/09

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração de Administradores da Companhia, aprovada em 7 de dezembro de 2012 pelo Conselho de Administração, tem como objetivo compensar adequadamente a competência e o comprometimento dos seus profissionais, por meio da adoção de política de remuneração voltada ao crescimento dos valores individuais e coletivos. A remuneração dos conselheiros e diretores da Companhia segue padrões de mercado, sendo paga na forma de pró-labore ou salário fixo.

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é determinada de acordo com as práticas de mercado.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria é baseada nas responsabilidades de cada membro e nas práticas de mercado, objetivando criar e manter uma estrutura de remuneração que confira consistência interna, competitividade externa e eficácia motivacional a todos os níveis da Diretoria.

Conselho Fiscal

Nos termos do parágrafo 3º, do artigo 162 da Lei 6.404/76, no exercício de 2017, os membros do Conselho Fiscal receberam remuneração correspondente a 10% do valor médio da remuneração fixa dos membros da Diretoria.

Comitê de Auditoria

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é determinada de acordo com as funções e responsabilidades de cada membro e de acordo com as práticas de mercado.

A Política de Remuneração de Administradores da Companhia encontra-se publicada no Portal de RI da Companhia em:

https://ri.bancopan.com.br/download_arquivos.asp?id_arquivo=10995ED1-D796-4BB6-BE66-9742B8DFD115

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração



A remuneração do Conselho de Administração é composta exclusivamente por pró-labore mensal, cujo objetivo é remunerar o profissional pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido, não havendo outros elementos, sejam eles de remuneração variável, benefícios ou incentivos de longo prazo.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos Diretores é composta da seguinte forma: por (i) pró-labore mensal e (ii) benefícios (os quais são compostos por seguro de vida, assistência médica e odontológica). O objetivo da remuneração paga aos Diretores é a seguinte:

- (i) Pró-labore mensal – remunerar os Diretores pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido; e
- (ii) Benefícios – o pacote de benefícios busca atender às necessidades básicas dos membros da Diretoria.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por pró-labore, cujo objetivo é remunerar o profissional pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido.

Comitê de Auditoria

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é composta exclusivamente por pró-labore mensal.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é composta exclusivamente por remuneração mensal fixa (pró-labore).

Diretoria Estatutária

A remuneração dos Diretores é composta da seguinte forma: 98% da remuneração total correspondem à remuneração fixa (pró-labore mensal) e 2% correspondem aos benefícios listados no item 13.1.b.i acima.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta exclusivamente por remuneração mensal fixa (pró-labore).

Comitê de Auditoria

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é composta exclusivamente por pró-labore.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor da remuneração dos membros da administração da Companhia é calculado levando-se em conta os valores de remuneração praticados pelo mercado e o nível de competitividade da Companhia. A remuneração da Diretoria é revisada anualmente, de acordo com o mercado.

A Companhia estuda as remunerações praticadas pelo mercado por meio de pesquisa salarial em empresas do mesmo porte, do mesmo setor e localizadas na mesma região da Companhia,



utilizando como insumo para decisões internas a variação percentual da remuneração dos diversos cargos da organização (tal como, diretor, membro do conselho de administração e etc.)

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Remunerar os profissionais de acordo com a prática de mercado e o nível de competitividade da Companhia.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não aplicável.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política e prática de remuneração dos administradores busca incentivar os administradores da Companhia a sempre perseguirem maior eficiência em seu trabalho e conseqüentemente a gerar melhores resultados para a Companhia.

Adicionalmente, tendo em vista que a remuneração dos membros da administração da Companhia é calculada levando-se em conta os valores de remuneração praticados pelo mercado, a política de remuneração da Companhia busca reter os melhores profissionais e estimula a melhoria dos resultados, o que se alinha aos interesses de longo prazo da Companhia.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria:

O Comitê de Remuneração é responsável por propor ao Conselho de Administração as práticas de remuneração fixa e variável a serem aplicadas conforme a metodologia descrita no item 13.1.b.iii. Anualmente o Comitê de Remuneração faz a revisão da Política de Remuneração de Administradores da Companhia e propõe o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral, na forma do art. 152 da Lei nº 6.404/76.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:



Remuneração estimada total do Exercício Social 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	13	6	3	22
Remuneração fixa anual	-	-	-	-
Salário ou pró-labore	4.680.000	19.900.000	417.766	24.997.766
Benefícios direto e indireto	-	383.288	-	383.288
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	-	-	-	-
Total da remuneração	4.680.000	20.283.288	417.766	25.381.054

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	12,8	5,91	3	22
Remuneração fixa anual	-	-	-	-
Salário ou pró-labore	4.156.400	8.030.410	350.869	12.537.679
Benefícios direto e indireto	-	378.701	-	378.701
Participações em comitês	-	-	-	-



Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós emprego	-	-	-	-
Cessaçãõ do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	-	-	-	-
Total da remuneração	4.156.400	8.409.111	350.869	12.916.380

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	10,58	6,36	3	19,94
Remuneração fixa anual	-	-	-	-
Salário ou pró-labore	2.540.000	16.285.158	125.146	18.950.304
Benefícios direto e indireto	-	330.515	-	330.515
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-



Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	-	-	-	-
Total da Remuneração	2.540.000	16.615.673	125.146	19.280.819

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2016 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	12	9	3	24
Remuneração fixa anual	-	-	-	-
Salário ou pró-labore	2.672.395	12.794.781	181.086	15.648.262
Benefícios direto e indireto	-	266.993	-	266.993
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Observação	-	-	-	-
Total da remuneração	2.672.395	13.061.774	181.086	15.915.255

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:



Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por uma parcela fixa e benefícios (estes últimos apenas no caso da Diretoria).

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Posição em 28/2/2019

Sociedades	Banco PAN S.A.		BTG Pactual Holding S.A.		
	ON	PN	ON	PNA	PNB
Conselho de Administração	2	102.801	65.321.846	0	26.227.710
Diretoria	0	0	0	0	4.701.192
TOTAL	2	102.801	65.321.846	0	30.928.902

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não há.



13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

	Diretoria Estatutária		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Nº total de Membros	5,91	6	9
Nº de membros remunerados	5,91	6	9
Valor da maior remuneração (Reais)	1.957.909	3.797.556	2.941.808
Valor da menor remuneração (Reais)	99.792	1.939.085	264.600
Valor médio da remuneração (Reais)	1.003.801	2.714.193	1.421.642
Observação	-	-	-

	Conselho de Administração		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Nº total de Membros	12,8	10,58	12
Nº de membros remunerados	12,8	10,58	12
Valor da maior remuneração (Reais)	350.869	240.000	240.000
Valor da menor remuneração (Reais)	101.000	20.000	37.524
Valor médio da remuneração (Reais)	265.133	195.384	157.200
Observação	-	-	-

	Conselho Fiscal		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Nº total de Membros	3	3	3
Nº de membros remunerados	3	3	3
Valor da maior remuneração (Reais)	68.423	41.600	81.804
Valor da menor remuneração (Reais)	68.423	14.906	8.041
Valor médio da remuneração (Reais)	68.423	31.286	36.217
Observação	-	-	-

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor
Não aplicável.



13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018	
Conselho de Administração	64,04%
Diretoria Estatutária	100%
Conselho Fiscal	0%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017	
Conselho de Administração	70,02%
Diretoria Estatutária	100%
Conselho Fiscal	0%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2016	
Conselho de Administração	72,25%
Diretoria Estatutária	100%
Conselho Fiscal	0%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados
Não aplicável.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos
Não aplicável

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes
Não existem outras informações relevantes sobre este item 13.